



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680106 - MA (2021/0218918-6)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : DANIEL SANTOS FERNANDES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RODOLFO AUGUSTO FERNANDES - MA012660  
DANIEL SANTOS FERNANDES - SP352447  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : HIAGO HENRIQUE BASTOS MENDONCA (PRESO)  
**CORRÉU** : ALBERTO ARAUJO DE PAULO  
**CORRÉU** : DEANDRO RAMOS DO NASCIMENTO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HIAGO HENRIQUE BASTOS MENDONCA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (Apelação n. 0000132-17.2019.8.10.0138).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos no art. 288, parágrafo único, do Código Penal; art. 1º, inciso II, da Lei n. 9.455/97 e art. 65, *caput*, da Lei n. 9.605/98. Proferida a sentença, foi condenado à pena de 17 anos 9 meses e 23 dias.

O impetrante alega excesso de prazo da prisão preventiva do paciente, pois foi preso há mais de 2 anos e 7 meses; a sentença foi proferida em 30 de abril de 2020; a defesa interpôs recurso de apelação em 29/1/2021; e as razões foram apresentadas perante o Tribunal *a quo* em 25/5/2021, sem que tenham sido recebidas até o momento da impetração.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura do paciente até o julgamento final do *writ*, ou, alternativamente, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, ou, ainda, as medidas cautelares diversas da prisão.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecido o direito de o paciente permanecer em liberdade até o trânsito em julgado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na presente impetração, não há acórdão e nem decisão sobre a matéria suscitada, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, "c", da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente